



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567858 - SP (2020/0072514-6)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : RENATA HORTOLANI FONTOLAN E OUTRO  
**ADVOGADOS** : RENATA HORTOLANI FONTOLAN - SP189331  
ROBERTA HORTOLANI FONTOLAN - SP221006  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CLEBER DE OLIVEIRA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : ELIAS ALVES DE SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CLÉBER DE OLIVEIRA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AC n. 1500437-52.2019.8.26.059).

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado à **pena de 5 anos de reclusão**, em regime inicial fechado, pelo crime de tráfico de drogas, mantida a custódia cautelar (e-STJ fl. 16).

Irresignada, a defesa interpôs apelação criminal na Corte estadual, buscando, em síntese, o reconhecimento do tráfico privilegiado e a consequente redução da pena. O Tribunal revisor, contudo, negou provimento em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fls. 15/16):

*Tráfico de drogas Coesão e harmonia do quadro probatório Circunstâncias do episódio que CN positivam a traficância Condenação mantida.CF)Preliminar de nulidade decorrente da ausência de fundamentação na negativa ao direito de recurso em liberdade Impossibilidade Segregação bem fundamentada Réus presos em flagrante delito, mantidos sob custódia durante todo o processo, realçado o papel relevante por eles desempenhado no tráfico Garantia da ordem pública e segurança da aplicação da lei penal Necessidade. Pena -base Peculiaridades do caso, realçadas as expressivas quantidades e a nocividade das drogas apreendidas, variadas suas naturezas, que autorizam a exasperação Fração consentânea.Confissão espontânea Redução inalterada em relação ao corréu.Aplicação do § 4º, do artigo 33, da Lei nº11.343/06 Circunstâncias em que perpetrado o delito, que contou com apreensão de expressivas quantidades de drogas, de variadas naturezas, alinha das à ausência de comprovação de ocupação lícitos réus e a seu passado vinculado à traficância, segundo os coerentes o 5p,(7)depoimentos policiais, a indicarem sua dedicação a atividade criminosa ou participação em organização criminosa. Conversão da privativa de liberdade em restritivas de direitos Peculiaridades do caso que não a recomendam. 'Quantum' das penas,que,de qualquer modo, impossibilita a substituição. Regime prisional fechado Subsistência Gravidade concreta do delito perpetrado, que contou com a apreensão de expressivas quantidades de drogas, de variadas naturezas, cuja nocividade e alto poder viciante não se desconhecem, certos seu potencial de*

*disseminação e sua natureza desagregadora, a isso se alinhando a dedicação dos réus à atividade criminosa. Apelos defensivos improvidos, rejeitada a preliminar.*

Na presente oportunidade, alega a defesa que "[o] paciente possui problemas cardíacos graves (cardiopatía congênita), insuficiência pulmonar crônica (hipertensão pulmonar), insuficiência de valva pulmonar de grau importante, estenose mitral e insuficiência tricúspide há mais de 20 anos, é motivo para prisão domiciliar, principalmente por correr risco de morte caso seja infectado pelo CORONA VÍRUS" (e-STJ fls. 5/6).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a concessão de ordem para revogar a prisão do paciente e o deferimento da prisão domiciliar, expedindo-se o alvará de soltura (e-STJ fl. 7).

É o relatório, decido.

Não há como prosseguir a irresignação. Isso porque, conforme consulta realizada no site do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, em 3/3/2020 foi certificado o trânsito em julgado do acórdão que manteve a condenação do réu.

Assim, "[o]corrido o trânsito em julgado da sentença condenatória, resta prejudicado o pedido de revogação da custódia cautelar, porquanto a prisão tornou-se definitiva." (AgRg no HC 84.210/PB, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/2009, DJe 28/09/2009).

Todavia, diante do tempo de prisão cautelar e das alegações que o paciente se encontra com problemas sérios de saúde, entendo ser o caso de recomendar ao Juízo das execuções criminais que examine a súplica da defesa, tendo em vista a recomendação n. 62 do CNJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*. Contudo, **recomendo** ao Juízo das Execuções Criminais que examine as alegações da defesa, tendo em vista a recomendação n. 62 do CNJ.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator